

Sábado, 27 outubro de 2007

O Estado de São Paulo

As incertezas do biodiesel

Celso Ming, celso.ming@grupoestado.com.br

Ontem, os preços do petróleo saltaram para novo recorde histórico. O barril de 159 litros chegou a ser negociado em Nova York por US\$ 92,22, 44% acima da sua cotação do início deste ano.

A cada galope desses, cresce a urgência para que se garanta a oferta de combustíveis alternativos. No caso do biodiesel, embora falem só três meses para o início da mistura obrigatória ao diesel, as dúvidas sobre sua viabilidade econômica continuam fortes.

Pelos levantamentos da Agência Nacional do Petróleo (ANP) há hoje no Brasil 42 plantas produtivas, cuja capacidade de produção é de 1,8 bilhão de litros por ano, mais do que suficiente para suprir os 840 milhões de litros necessários para a adição de 2%, determinada por lei para 2008.

Essa grande capacidade é fonte de pressão para que o governo antecipe, de 2013 para 2010, a adição de biodiesel de pelo menos 5% na mistura carburante.

No entanto, dos 890 milhões de litros comprados antecipadamente em leilões pela ANP, somente 260 milhões de litros foram entregues pelos produtores.

Por trás do sumiço está o desvio de altas quantidades de milho americano para produção de etanol e o crescente consumo asiático de grãos, responsáveis pela alta dos preços da soja, matéria-prima da qual o programa brasileiro está fortemente dependente.

Nos primeiros leilões de biodiesel realizados pela ANP os preços ficaram em torno de R\$ 1,90 por litro. Para os dois próximos leilões (novembro e dezembro), os preços serão mais altos. Se o diesel é vendido nas bombas a R\$ 1,85 em média, então a adição de 2% de biodiesel irá encarecer o produto para o consumidor - como o ministro de Minas e Energia, Nelson Hubner, já admitiu.

Pelos cálculos de Isabel Dias, coordenadora de projetos do Pólo Nacional de Biocombustíveis, o aumento do preço nas bombas será de 1 centavo de real por litro. Mas pode ser mais, dependendo dos preços da soja nos mercados.

Quem acompanha o setor concorda que a soja precisa ser substituída por outras matérias-primas. Mas isso esbarra na forma equivocada com que o governo trata o programa. Ainda mistura razões econômicas com programas sociais, porque descuida da necessidade de escala e racionalidade logística nas lavouras familiares de mamona e dendê. São culturas que se têm mostrado inviáveis para o objetivo proposto.

Para Univaldo Vedana, da empresa BiodieselBr, essas oleaginosas devem ser trocadas por girassol, canola ou nabo forrageiro, que podem ser plantados em áreas que ficam ociosas durante a safra de inverno.

A Associação Brasileira das Indústrias de Biodiesel (Abiodiesel) tem defendido o uso do pinhão-mansão, oleaginosa não usada na alimentação, cujo teor de óleo é de 42%, enquanto o da soja é de 18%.

Mas aí também sobram dúvidas. O pesquisador da Embrapa Semi-Árido Marcos Drumond adverte que ainda não se pode garantir a viabilidade econômica do pinhão-mansão. 'Suas características nutricionais são uma incógnita, seu sistema de cultivo ainda não é dominado e não há registro de defensivos contra as pragas que atacam a espécie.'

São questões que o governo terá de resolver rapidamente se realmente quiser garantir o sucesso do programa.